

**DE PORTUGAL A MACAU**  
**FILOSOFIA E LITERATURA NO DIÁLOGO DAS CULTURAS**



Universidade do Porto. Faculdade de Letras

2017

## **Ficha técnica**

**Título:** De Portugal a Macau: Filosofia e Literatura no Diálogo das Culturas

### **Organização:**

Maria Celeste Natário (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Renato Epifânio (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Carlos Ascenso André (Instituto Politécnico de Macau)

Gonçalo Cordeiro (Universidade de Macau)

Inocência Mata (Universidade de Macau/ Universidade de Lisboa)

Jorge Rangel (Instituto Internacional de Macau)

Maria Antónia Espadinha (Universidade de S. José)

**Editor:** Universidade do Porto. Faculdade de Letras

**Ano de edição:** 2017

**ISBN:** 978-989-99966-9-4

O presente livro é uma publicação no âmbito das atividades do Grupo de Investigação Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

## DAS RUÍNAS DE SÃO PAULO À IDEIA DE QUINTO IMPÉRIO

Celeste Natário

Instituto de Filosofia - Universidade do Porto.  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto  
(351) 226 077 100 | [ifilosofia@letras.up.pt](mailto:ifilosofia@letras.up.pt)

Resumo: O céu aberto e azul com que as imagens da fachada de São Paulo tantas vezes nos são apresentadas podem bem simbolizar um outro futuro, um outro Oriente, uma outra Utopia.

Palavras-chaves: Ruínas de São Paulo, simbolismo, Utopia.

Abstract: The open blue sky with which the images of the facade of São Paulo are so often presented to us may well symbolize another future, another Orient, another Utopia.

Keywords: Ruins of São Paulo, symbolism, Utopia.

Não nos lembramos desde quando, mas a imagem das Ruínas de São Paulo constituem, desde longa data, uma espécie de enigma, que reside sobretudo numa vontade de ficar a observar, numa vontade de olhar: portas e janelas abertas e, para além delas, um azul, um céu azul... Portas e janelas abertas para o céu, para o infinito, mas também para algum indefinido. A imensidão, a revelação, a majestade, portas que podem apontar para uma ideia de passagem, também para a ideia de chegada, de acolhimento, mas igualmente portas que podem abrir para um nada... De certo modo, portas que, interpretadas num sentido simbólico, geram possibilidades, as mais diversas, de acesso a *realidades* e *viagens* já anunciadas e a outras por anunciar.

Nas tradições judaica e cristã, sabemos da imensa importância da “porta”, enquanto via de acesso à revelação. Nela se reflectem as harmonias do Universo. As “portas” do Antigo Testamento e o Apocalipse, que são Cristo “em majestade” e o “último julgamento”, acolhem o peregrino e os fiéis... Por isso, e pensando num significado escatológico, a porta pode ser o acesso e o regresso a Cristo anunciado e descrito como “o de um viajante que bate à porta”, chegando mesmo a um simbolismo mais denso, como aquele que encontramos na seguinte passagem do Livro do Apocalipse (3, 20): “Eis que estou à porta e bato: se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele comigo”. As portas podem abrir-se para a manifestação e simbolizar o acesso a graças divinas, mas podem também sugerir tão-só uma presença, como uma ausência, podendo aparecer igualmente como um apelo (se a porta estiver aberta) ou como uma defesa (se a porta estiver fechada).

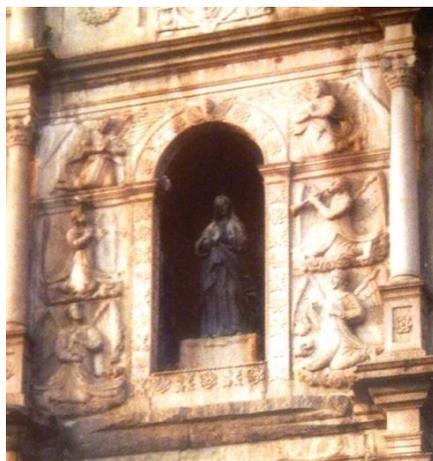
Podemos também aqui relacionar o simbolismo das portas com a ideia de limite, pelo seu papel de passagem entre o exterior (entendido como o profano) e o interior (o sagrado), ou seja, ao mesmo tempo podendo remeter para a separação como para a possibilidade de uma união ou de uma reconciliação, em que a associação à imagem ou à ideia de encruzilhada tem também importância simbólica que pode ser decisiva, se funcionar como um convite de paragem e reflexão, onde outros símbolos podem sugerir o caminho a seguir. Obeliscos, altares, capelas, inscrições as mais diversas, símbolos de um poder instituído ou a instituir, de um poder espiritual, religioso, metafísico e laico – podem ter um valor de orientação e decisão do caminho a percorrer. E é porque há os caminhos a

percorrer – e, por isso, ainda desconhecidos – que interpretamos a fachada de São Paulo.



Em 1835, o “estranho monumento”, tão estranho como a sua elegante e grandiosa fachada de granito, escapou à destruição de um violento incêndio, o que interpretamos como simbólico. Este monumento integrava a Igreja da Madre de Deus, também chamada comumente de Igreja de São Paulo, construída em 1565 como anexo ao Colégio Jesuíta com o mesmo nome, instituição universitária relevante no Oriente. Curiosamente, a Igreja fora construída em taipa e madeira, mas a fachada não – a fachada foi construída em granito.

Hoje, daquela que foi considerada a maior igreja católica do Extremo Oriente, espaço conhecido também como “Vaticano do Oriente”, resta essa fachada. Dedicada à “Santíssima Virgem Maria”, os jesuítas, que a construíram e administraram, foram forçados a abandoná-la em 1762, aquando da supressão e expulsão da Companhia de Jesus em Portugal.



Este histórico espaço arquitectónico ficou também conhecido como a “Acrópole de Macau”, o que nos surge como mais um sinal a reter, tendo presente o próprio significado do termo Acrópole. Era o ponto mais alto da cidade, se pensarmos na Grécia Antiga, ao mesmo tempo e por isso também desempenhando um papel fulcral na vida da polis, desde lugar de reunião, de discussão, de convívio, mas igualmente de refúgio, de salvaguarda, em caso de ameaça, ou tão-só um lugar de vigia, ou, mais simplesmente, de paragem e de abertura, que pode ser para dentro ou para fora, para o céu, para o horizonte.

Maneirista e barroca, combinando formas jónicas, coríntias e compósitas, esta Igreja foi decorada com um eclético conjunto de imagens bíblicas, representações mitológicas, inscrições religiosas em chinês, flores japonesas (crisântemos), uma caravela portuguesa, leões chineses, figuras dos fundadores da Companhia de Jesus, Maria e o Menino Jesus, anjos, demónios, numa esfusante mistura de estilos e símbolos, assim dialogando com outras artes, culturas e crenças religiosas.



Da Europa ao Oriente, à China e ao Japão, mas também a outros pontos da Ásia, esta fachada pode reflectir igualmente o que podemos chamar um mundo distante e distinto, onde as influências presentes se combinam sem perda de identidade e ao mesmo tempo criam uma identidade nova, uma identidade que poderíamos relacionar, no contexto da cultura portuguesa, com a ideia de Quinto Império, sobretudo a de Padre António Vieira.



É para nós um dado significativo que a sua divisão esteja feita em cinco níveis horizontais e, no cimo, um frontão triangular. Estes níveis constituem uma espécie de dialéctica ascensional, isto é, um estado de caminhada espiritual ascendente, sendo o último estado, representado no frontão, o símbolo da Santíssima Trindade, do Espírito Santo. Este quinto nível pode ser também identificado com Deus, o Paraíso, a Santidade, a dimensão superior do Bem e da Justiça. Em ambos os exemplos, a analogia com a ideia de Quinto Império em Vieira nos parece expressiva, não porque tivesse sido intencional, mas porque os símbolos permitem essa leitura analógica.



Todavia, a leitura que fomos fazendo não é uma leitura horizontal, não é uma leitura vertical, mas uma leitura da profundidade, ou seja, uma leitura da perspectiva da fachada e do que a partir dela vemos: o céu, o nada?... Talvez um “nada que é tudo”, ainda um outro nome do Quinto Império ou do Mito do Quinto Império, na expressão da *Mensagem* de Pessoa, onde e partir da qual é possível fazer um exercício de mitificação da história, naturalmente questionável.

A ideia de Quinto Império parece não ser visível nas estratégias político-culturais de Portugal no XVI. A questão toma forma e relevo sobretudo no final do século e primeira metade do século XVII, considerando as iniciais alusões, primeiro nas profecias de Bandarra e sobretudo na obra do autor que aqui nos importa: Padre António Vieira. Ao reflectirmos sobre esta questão, o nosso pensamento levou-nos a estabelecer relações com algumas linhas quinto-imperialistas, sobretudo com as de António Vieira. Não por acaso, pois este autor foi contemporâneo de toda a mundividência reflectida nestas Ruínas, designadamente do que nos parecem ser eixos de análise comuns não só a uma certa dimensão do seu pensamento, como à

interpretação que podemos hoje fazer da simbologia deste património. Esses eixos estruturam, pensamos, uma boa parte do pensamento e cultura portuguesa, como o hibridismo cultural e o sincretismo religioso.

O paralelismo possível de estabelecer-se entre Quinto Império ou uma ideia de Quinto Império e a arte esculpida na pedra que resistiu à destruição da Igreja e do Colégio de São Paulo realça não só o significado que pode ser atribuído a uma interpretação possível do Quinto Império de Vieira, como à leitura de outros símbolos particularmente representativos da história e da cultura de Portugal.



Façamos um exercício e coloquemo-nos num primeiro nível, o nível de quem encontra as portas abertas e a permissão para entrar... De António Vieira a Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa ou Agostinho da Silva, as interpretações e reformulações sobre o mito do Quinto Império sucederam-se desde o século XVII. É na Bíblia que Vieira lê a referência expressa pela primeira vez: o Rei da Babilónia, Nabucodonosor (604-562 a.C.), queria que os sábios lhe revelassem a interpretação de um sonho: uma estátua grande com cabeça de ouro, peito e braços de prata, ventre e ancas de bronze, com pernas de ferro e pés de barro. E havia uma montanha, e dela caíra uma grande pedra, que fez em pedaços os pés da estátua (cf. Daniel, 2, 34).

A questão da entrada parece então pressupor em Vieira a necessidade de um líder, de um guia. E, para interpretar o sonho de Nabuco, é o profeta Daniel que vai fazê-lo, dizendo que o nascimento e queda dos Impérios ocorre por vontade de Deus, sentenciando: “Tu que és o Rei dos Reis, a quem o Deus dos Céus deu a Realeza, o Poder, a Força e a Glória; a quem entregou o domínio, onde quer que eles habitem sobre os homens, os animais terrestres e as aves do céu, tu é que és a cabeça de ouro. Depois de ti, surgirá um outro reino, menos que o teu; depois, um terceiro reino, o de bronze, que dominará sobre toda a Terra. Depois um outro que será forte como o ferro...”; acrescentando: “No tempo destes reis, o Deus dos Céus fará aparecer um reino que jamais será destruído e cuja soberania nunca passará a outro povo”. É neste contexto que Vieira, no *Sermão do Esposo da Mãe de Deus São José*, afirma: “Viu Nabucodonosor aquela prodigiosa estátua, que representava os quatro Impérios dos Assírios, dos Persas, dos Gregos e dos Romanos; o corpo estava descuidado, com os sentidos presos, e a alma andava cuidadosa, levantando, derrubando estátuas, fantasiando Reinos, Monarquias. Mais fazia Nabucodonosor dormindo, que acordado: porque acordado cuidava no governo de um Reino, dormindo imaginava na sucessão de quatro. Pois se Nabuco era Rei dos Assírios, quem o metia com o Império dos Persas, com o dos Gregos, com o dos Romanos? Quem? A obrigação do ofício que tinha. Era Rei, quem quer conservar o Reino próprio há-de sonhar com os estranhos.”.

Esta seria a base para a crença messiânica e milenarista que informaria a concepção de Vieira. A partir dos sonhos de Nabucodonosor e dos seus quatro impérios, sobretudo na obra póstuma *História de Futuro*, Vieira apresenta e acrescenta um Quinto Império, aquele que se lhe sucederia, o Império Português. Partindo desta interpretação, depois da grandiosidade do Império da Babilónia e de outros que se seguiram, como o grego e o romano, o último, que seria o quinto, seria um reino universal e este, segundo Daniel, não seria destruído e subsistiria para sempre. Nele, o homem e a natureza viveriam em perfeita harmonia. Ao contrário dos impérios anteriores, o Quinto Império seria um Império de pedra, de granito, e esta “não passaria” (cf. Daniel, 2, 31-45). Nome simbólico para toda a história do futuro, numa perspectiva ocidental e cristianizante, seria então o Quinto Império. Nele seria Cristo um Rei, Rei de um reino “não deste mundo” (cf. Job, 18, 36).

Num segundo nível, podemos fazer o exercício das janelas abertas e, a partir delas, procurar ver... E o que se pode ver? O céu, nada! E quem é que ensina a ver?...

Podendo ser desenvolvida esta problemática, considerando sobretudo as diversas concepções e interpretações ao longo da história, notamos a importância, a este propósito, da temática utópica, desde 1515, com a *Utopia* de Thomas Morus, e de 1520 a 1530, com as *Trovas* de Anes de Bandarra, as *Trovas do Quinto Império*, trazidas ou transferidas como interpretações, que, segundo Pinharanda Gomes, podem ser lidas como “filosofias da libertação”<sup>1</sup>. Obviamente, os pontos de partida são o judaísmo, o clima ambíguo do cristão-novo que vivia da esperança messiânica, e do profeta cristão Daniel: o reino de Cristo constituiria a possibilidade de remissão operada pelo próprio. Todavia, o Quinto Império seria algo a acontecer no futuro, pedindo por isso uma História de Futuro.

A leitura desenvolvida do Quinto Império é feita por Vieira dentro do horizonte do seu tempo e da sua mundividência, ou seja, por muito integrador e “universal” que fosse esse Império, na visão de Vieira, ele era um Império espiritualmente católico e, no plano político, português. Esse Império era mesmo o corolário da sua visão providencialista da nossa história, sendo que esse providencialismo e messianismo, com evidentes ressonâncias judaicas, salvaria não apenas o povo português, como todos os restantes povos do mundo.

O Quinto Império seria então liderado pelo Rei de Portugal (por decreto divino), afirmando Vieira, em *História do Futuro*: “chamamos Império Quinto ao novo e futuro que mostrará o discurso desta nossa História, o qual se há-de seguir ao Império Romano na mesma forma de sucessão que o Romano se seguiu ao Grego, o Grego ao Persa e o Persa ao Assírio”. Este era para Vieira um reino real. Assim foi entendido, aliás, pelo Tribunal do Santo Ofício, que temeu esta tese, condenando o seu autor. Mas também uma teocracia, em que o soberano, Jesus Cristo, governaria por via dos seus eleitos, na cidade terrestre (o Papa em Roma, o Rei em Portugal, proclamado Rei do Mundo). Seria também um reino onde a fraternidade, a paz perpétua, a unidade dos judeus, cristãos, muçulmanos e pagãos se concretizaria.

Vejamos agora o terceiro nível, o nível onde se pode situar o triângulo da santidade: Jesus Cristo (o Menino), o Espírito Santo e Deus, nele representado.

---

<sup>1</sup> Cf. Pinharanda Gomes, *Dicionário da Filosofia Portuguesa*, Dom. Quixote, 1987, p. 195.

Aqui, não estamos já num plano terreno, não temos intermediários, porque Deus é uma figura irrepresentável, inacessível até à nossa imaginação.

Se o Quinto Império não puder ser entendido como uma noção de poder terreno, não se restringiria aos dois planos anteriormente referidos. Ele é o reino da utopia, o reino onde a linha do horizonte se afasta, e tanto mais se afasta quanto dela nos quisermos aproximar.

\*

O século XVII foi em Portugal um século considerado como “messiânico”, sobretudo devido à morte de D. Sebastião no final do século de XVI. E, se “o Quinto Império é a teórica do ideal de Cruzada que regeu a fundação e a expansão de Portugal”<sup>2</sup>, sabemos que a perspectiva de redenção que vem do messianismo não deixará a seu modo de estar presente, entre outros, na *Mensagem*, de Fernando Pessoa, sobretudo reconhecida na máxima “falta cumprir-se Portugal”. E se em Vieira a ideia de Quinto Império foi por alguns considerada um projecto político-religioso, todo o século XVII viveu de algum modo sobre essa Utopia. Posteriormente, por valorização do cosmopolitismo, o século XVIII vai rejeitar ou ignorar toda e qualquer ideia de quinto-imperialismo e o século XIX inicia-se com um ressurgimento do sebastianismo, alimentado pela ausência do Rei, com a corte portuguesa no Brasil, terminando com a desilusão do fracassado mapa cor-de-rosa. E, doravante, além das novas teorizações (designadamente Augusto Ferreira Gomes, Raul Leal, Agostinho da Silva, Teixeira de Pascoaes), é sobretudo a componente poético-profética de Fernando Pessoa que conhece um alcance maior. Nas várias formulações se constrói agora um cosmopolitismo simbólico: todos os deuses, todos os cultos são possíveis e sagrados, havendo lugar não só para um deus, mas para todos, tantos quantos as culturas. Mesmo que os detractores de António Vieira não tenham visto no seu projecto um carácter ecuménico, essa leitura não deixa de ser possível – assim o interpretando, entre outros, Pinharanda Gomes, que faz uma exegese do Quinto Império como “uma forma de ecumenismo do século XVII”<sup>3</sup>.

Esta nova ordem teria como características a unidade da espécie humana, a concordância entre os poderes temporal e espiritual e uma concepção de homem

---

<sup>2</sup> Cf. *ibidem*, p. 196.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 196.

não dividido entre um reino de Deus e um reino dos homens. Um reino do Céu, um reino divino implantado sobre a terra por homens que, mesmo sujeitos aos acidentes da história, teriam que instaurar uma espécie de “nova Jerusalém celeste” (cf. *História do Futuro*), mas apenas desejada, não representada.

O Quinto Império de Vieira, no seu messianismo e filosofia política, foi aquele que mais consequente se tornou, não só pelas repercussões no tempo, mas pela própria história de Portugal, com as suas vicissitudes, mas também pelos ecos e influências que se seguiram ao nível desta temática.

Na visão messiânica e providencialista vieirina, o erudito pregador e moralista prefigurou reinos futuros, tal como Nabucodonosor houvera sonhado.

É particularmente relevante o papel de Maria, Mãe de Deus, a quem Vieira dedicou vários dos seus Sermões, podendo assumir o papel de Rei terrestre temporal em que o poder divino seria delegado, pois Maria expressa a ideia de promessa relativamente ao futuro de graça e virtude. Ela desempenha ainda um papel fulcral não só como mediadora do poder de Deus, simbolizando, no limite, a esperança na salvação da humanidade. Para Vieira, Maria tem mil e uma faces, para todos os tipos de males humanos - como ele próprio escreveu: "Quereis saber quão feliz, quão alto é e quão digno de ser festejado o Nascimento de Maria? Vede para que nasceu. Nasceu para que d'Ela nascesse Deus. (...) Perguntai aos enfermos para que nasce esta celestial Menina, dir-vos-ão que nasce para Senhora da Saúde; perguntai aos pobres, dirão que nasce para Senhora dos Remédios; perguntai aos desamparados, dirão que nasce para Senhora do Amparo; perguntai aos desconsolados, dirão que nasce para Senhora da Consolação; perguntai aos tristes, dirão que nasce para Senhora dos Prazeres; perguntai aos desesperados, dirão que nasce para Senhora da Esperança. Os cegos dirão que nasce para Senhora da Luz; os discordes, para Senhora da Paz; os desencaminhados, para Senhora da Guia; os cativos, para Senhora do Livramento; os cercados, para Senhora da Vitória. Dirão os pleiteantes que nasce para Senhora do Bom Despacho; os navegantes, para Senhora da Boa Viagem; os temerosos da sua fortuna, para Senhora do Bom Sucesso; os desconfiados da vida, para Senhora da Boa Morte; os pecadores todos, para Senhora da Graça; e todos os seus devotos, para Senhora da Glória. E se todas estas vozes se unirem em uma só voz, dirão que nasce para ser Maria e Mãe de Jesus" (in *Sermão do Nascimento da Mãe de Deus*).



Analogamente a Maria, o Quinto Império simbolizaria a implementação na terra do reino de Deus, na resolução de todo o mal e onde tudo e todos, em última instância, viveriam a plenitude sonhada, algo que pensamos ser visível nas múltiplas representações de natureza religiosa e cultural, do oriente ao ocidente, que preenchem a fachada das Ruínas de São Paulo.

Temos consciência de que as Ruínas de São Paulo, em termos arquitectónicos consideradas, mas não só, em virtude da sua própria história, a que já nos referimos, contêm em si um valor patrimonial único. Contudo, a esse valor acresce a leitura filosófica que pode ser feita considerando as mais diversas significações, horizontes e utopias. Escrevia Goethe: “Vai até onde puderes ver; quando lá chegares, poderás ver ainda mais longe”. Isto significa que, em grande medida, aquilo que num primeiro olhar pode até surgir como um espaço vazio, um espaço fechado, pode ser entendido também como uma página em branco. São os espaços em branco que poderão fornecer-nos os mais amplos pontos de partida, se tomados como projectos.

As Ruínas podem sempre constituir um projecto, mesmo que resultando de outro projecto diferente, o da fachada que o anuncia. Elas podem representar uma continuidade mas sobretudo a abertura para um projecto ainda ou sempre por construir/ edificar (onde os cinco níveis referidos na sua estrutura podem servir e ser lidos), para dar continuidade a uma outra história ou à mesma história, mas com novos desenvolvimentos. Os níveis por fazer são os que decorrem, decerto, da própria incompletude e inacabamento do humano, no sentido da sua própria condição, mas também, sob o ponto de vista histórico, a possibilidade de tudo pensar como lugar, como “topos”, e como estranhamento, como “atopos”.

A ideia de uma incompletude, de uma “boa” incompletude, por si só, poderá permitir que o mundo, como o humano, se transforme, residindo aqui uma boa justificação para uma defesa das chamadas “utopias relativas”, em detrimento das “absolutas”, que de algum modo declaram que há uma data, um tempo para tudo:

para tudo mudar, para tudo findar (como, por exemplo, as utopias do “fim do milênio”).

É neste sentido que as Ruínas da fachada de São Paulo poderão remeter-nos para uma imagem de degradação e decadência. No limite, até poderiam ser entendidas como uma visão decadentista do “Império”. Porém, o hibridismo cultural e o sincretismo religioso que permanecem na fachada resistente (numa língua que entendemos sempre como “pátria”) impedem-nos uma leitura tão literal e redutora. Por isso, e em grande medida, parece-nos que um espaço vazio, um espaço aberto e uma página em branco poderão ser bem mais fecundos. O céu aberto escapa-se por detrás da fachada. O já feito, o já vivido, o já planeado, o aprendido, apenas servem como estruturas do horizonte. O começo já se cumpriu, já se fechou, o futuro não. Como construir novos horizontes, como construir novos futuros? O vazio das Ruínas e sobretudo aquilo para que elas apontam poderão constituir os horizontes mais fecundos de sonho, condição sem a qual não haverá lugar para as utopias.

Não será possível interpretar a grandeza e magnificência do que restou da fachada de São Paulo como o início de uma nova história do futuro?

O céu aberto e azul com que as imagens da fachada de São Paulo tantas vezes nos são apresentadas podem bem simbolizar um outro futuro, um outro Oriente, uma outra Utopia, invisível e possível, quiçá reenviando para um sentido primordial, arquetípico, permanente, que resistiu e resiste a toda a erosão do tempo.